

# Do sobrenatural em política

Samuel

Wilson Figueiredo

**P**ela ordem sobrenatural das coisas, com que realmente contamos, o presidente Sarney já está com os seus dias (de governo) todos contados. Só não conseguirá saber de quantos pode dispor para hesitar à vontade. É o seu passatempo predileto.

Já pela ordem natural das coisas, mais embaixo, pode conseguir o mandato que lhe convier porque se trata de matéria de natureza constitucional. Os constituintes, em folgada percentagem, fazem qualquer negócio. Voto é flexível, e negocia-se às dúzias. Bem entendido, nas disposições transitórias.

Se as Constituições brasileiras não são portadoras de durabilidade, que dizer das suas disposições transitórias? É bem verdade que esse segundo estágio, depois de consumido, não se separa do primeiro. Nas sucessivas repúblicas, ainda não houve o caso de uma Constituição que explodisse na rampa, como aconteceu à primeira, na monarquia. Uma constituição a mais ou a menos não fará grande diferença.

Não se criou até hoje a modalidade de seguro contra eventos gerados no plano sobrenatural. De certo mesmo, no pressentimento geral, só a premonição de que o mandato presidencial da transição não chegará ao fim, e sim que o fim irá a ele em sinal de consideração pelo eleitorado.

O presidente Sarney, jaquetão à parte, consegue os seus momentos de estadista. Ofereceu às brasileiras e aos brasileiros, acomodados ao pé do rádio na última sexta-feira, a verificação de que o Brasil já é a segunda democracia do mundo, tendo em vista o número de eleitores. O número deve estar certo. O

24 ABR 1988

primeiro lugar também nos pertence, na originalidade de uma democracia que, dispondo de tantos eleitores, não elege há quase 30 anos o presidente da República.

A ordem natural é perfeitamente acessível à política de mercado, que corresponde à economia regida pela lei da oferta e da procura. Questões menores resolvem-se franciscanamente, dando e recebendo com naturalidade. Deputados e senadores são o que são. O voto de cada um tem cotação diária. Infelizmente, Sarney recusou o seguro de acidentes. Na escala de valores políticos, o parlamentarismo tem o seguro obrigatório contra terceiros.

Também em política, quanto maior o risco mais caro o prêmio. Chama-se de prêmio, nesse ramo de negócios, o castigo que recai no bolso do segurado. Sarney optou pelo pagamento por fora: ficou com o poder inteiro e assumiu o risco político integral.

Tão logo entrou na posse do sistema de governo que o faz sentir-se forte, o presidente decidiu enfrentar as tarefas que não quis dividir com o PMDB. Foi, mais uma vez, apresentado pessoalmente ao déficit público, que havia ido cumprimentá-lo por uma vitória presidencialista que nada teve de extraordinária, pois se passou na ordem natural das coisas. Natural demais, por sinal.

O presidente Sarney esteve com o déficit em várias outras oportunidades oficiais nos últimos três anos. Fazia, porém, de conta que não o reconhecia. Era proposital a indelicadeza, para evitar intimidades. Dava a entender que nunca o vira mais gordo, e por esse lado não faltou à verdade. O déficit público nunca foi realmente tão gordo. Na apresentação formal providenciada pelos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de

Abreu (especialistas em dieta de emagrecimento rápido), Sarney fez questão de dizer ao déficit que gostaria de revê-lo, em breve, mais magro.

Pois bem. Os dois dietistas prescreveram dois meses sem URP à mesa dos funcionários públicos e acreditam que desta vez vamos. Foi um acordo de cavalheiros: Sarney e o déficit tratam-se com cerimônia e, na mesa de divergência, respeita cada um os direitos adquiridos do outro. O déficit opera na ordem natural. Com base no déficit, ninguém porá em dúvida que o mandato de Sarney vale cinco anos.

A questão se torna mais delicada e insuscetível de ter prazo fixado quando entram em cena a inflação e a recessão, com os seus poderes especiais de operar no sobrenatural. Não são as únicas. Duas outras ninfas com grande poder de sedução, a corrupção e a subversão, transitam com desenvoltura na mitologia brasileira. Menos citada, desde que a República é nova, a grande ausente tem sido a subversão. Parece aposentada, quem diria.

Já a corrupção se apresenta com toda a corda, em escritório montado em Brasília. Trabalhando juntas, a corrupção e a subversão fizeram história. Dissociadas e por conta própria, é a primeira vez. Uma se desencantou do Brasil, mas a outra vem cada vez mais dando o que falar e, no disse-me-disse, até ex-ministros da Fazenda falam mal do governo, que não se dá por achado. O presidente recusa a intimidade que os senadores da CPI estão querendo tomar.

Do ponto de vista sobrenatural, pior que a sucessão presidencial no fim deste ano, só a sucessão presidencial no fim do ano que vem. Aumenta o prazo, mas não remove a crise.

Nada impede que a sucessão presidencial — ouvidos civis e militares — seja chamada a qualquer momento para resolver o assunto.

Sarney está rico de poderes, desde que o presidencialismo foi agraciado com o voto dos constituintes. Tinha mesmo, como se viu, fundos políticos para bancar a moratória unilateral do parlamentarismo, e enfrentar de peito aberto as conseqüências. Recusou o regime de gabinete pela mesma razão com que enxotou o FMI: a impertinência de meter o nariz em assuntos privativos do presidente.

A pequena crise que o PMDB histórico finge agora sacar do bolso é aceitável no faz-de-conta que regula a nossa incipiente vida partidária, tão cara ao presidencialismo. São arrufos que se passam na ordem natural e, portanto, condizentes com os artifícios para salvar aparências.

A questão grave é exclusiva da ordem sobrenatural, onde dificilmente o governo Sarney cumprirá qualquer prazo preestabelecido. É insensatez insistir no mandato de cinco anos. Muito melhor deixar em aberto a questão. O de seis anos, então, seria temeridade. Tempo demais para a hesitação diária com que o presidente mantém a forma política. O mandato ideal é o de quatro anos, que passaria logo à arrumação das gavetas. A própria corrupção perderia o interesse, e seria considerada um adiantamento que o presidencialismo se concedeu. Não se falaria mais. Um *gran finale*, com um toque de austeridade.

Por essas e outras é que, quando a contradição apertar, a eleição virá em socorro da ordem democrática. Não adianta fixar abstratamente o mandato presidencial. Não é matéria de numerologia. A sucessão pode chegar a qualquer momento, até sem se fazer anunciar. Emergência.